

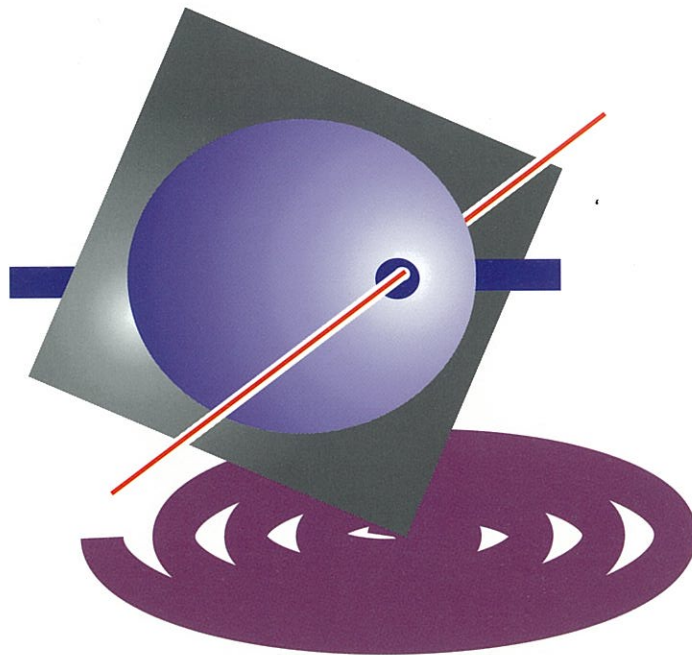
11421

# EDUCARE

Ano XI - Nº 19 - Junho de 2006

# EDUCERE

ISSN nº 0873-0504



REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
DE CASTELO BRANCO

## A EDUCAÇÃO ABERTA À NÃO FORMALIDADE (APRENDIZAGENS AUTO - REGULADAS)

*Ernesto Candeias Martins \**

---

**Resumo:** A educação não formal foi até agora pouco valorizada academicamente e ao nível escolar. Este estudo pretende oferecer um marco reflexivo, no âmbito pedagógico, sobre a educação não formal, sobre as aprendizagens não reguladas sobre a educação plural e aberta à não formalidade do currículo. É um facto que a escola deixou de ser o espaço hegemónico da educação/formação, pois, as aprendizagens dos sujeitos são cada vez mais adquiridas em espaços partilhados e em modalidades diversificadas. Por isso, a educação não formal que esteve tão 'marginalizada' da inclusão escolar, reúne práticas atractivas e motivadoras para os alunos, que devem ser articuladas ao nível do projecto educativo e/ou curricular ao nível do currículo formativo. O autor analisa o cenário da educação, da formação e da aprendizagem não regulada na sociedade do conhecimento ou da informação, em que o ensino transcende os limites tradicionais da escola, invadindo outros espaços e contextos educativos variados, as comunidades de aprendizagem, a cidade educativa na promoção de modalidades educativas interessantes à formação e à aquisição de competências, valores e atitudes nos educandos.

**Palavras - Chave:** educação formal, educação não formal, educação informal, aprendizagem não regulada, aprender a aprender, pedagogia sistémica

**Abstract:** Non-formal education has been underestimated either academically or at schooling level. So far, this study tries to offer a reflexive milestone at pedagogical level on non-formal education on non-ruled learning and plural and open education opened to the non-formality of the curriculum but to new educational practices. It is a fact that school is no more the hegemonic sapce of educational training, because learning is more and more acquired in shared sapces and in different ways. So, non formal education that hasbeen so put aside from school, gathers attractive and motivating practices to students, that must be articulated at the educational and formative curricular level. The author analyses the educational background of training and non formal learning in the knowledge society or in the information society, in which teaching surpasses the traditional limits os school, invading other spaces and diversified educational contexts, the learning communities the educational city in the promotion of interesting educational ways of training and tio the acquisition of halls values and attetudes in the learners.

**Key Words:**

---

### NOTAS INTRODUTÓRIAS

A escola é uma das instituições históricas mais importante no contexto da sociedade, com uma relevância indefinida na educação e formação dos educandos, principalmente, no âmbito da educação formal

\* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

(sistema educativo). Paralelamente a este tipo de educação existe a 'educação não formal', que se refere às instituições, às actividades, aos meios e âmbitos educativos que, não sendo escolares, se destinam a satisfazer determinados objectivos e necessidades dos educandos. Ou seja, esta modalidade educativa integra, entre outras, as actividades nas ludotecas, os programas de alfabetização fora da escola, os projectos de animação sócio-educativa, as actividades de reciclagem ou formação profissional nas empresas, as actividades nas colónias de férias, o ensino a distância, a instrumentalização pedagógica dos meios de comunicação social, as aprendizagens complementares dos alunos no projecto educativo de escola, etc.

Na verdade, a designação 'não-formal' poderá dar a ideia de uma negação (não formalizada), mas a linguagem pedagógica internacional associou este termo a uma perspectiva positiva da educação, referindo-se a uma modalidade de educação que rompe as fronteiras da estrutura administrativa regulada por normativas legais (dimensão jurídica, legislativa), característica do sistema educativo (educação formal, currículo formal).

A educação não formal foi até agora pouco valorizada academicamente e ao nível escolar. Polarizou-se muito a pedagogia na escola (discurso sobre o acto educativo), de tal maneira que educação e escola quase se confundiam. Qualquer possibilidade de intervenção educativa de carácter pedagógico ou educativo materializa-se na e pela escola, marginalizando assim todos os outros tipos de pedagogias ou intervenções possíveis e reais.

É um facto que, desde meados do século passado, a educação não formal começou, progressivamente, a aparecer nas publicações pedagógicas e nas reformas educativas, dando ênfase às análises das diferentes modalidades e práticas educativas, situadas em contextos e espaços fora da escola ou de intercepção com a educação escolar. Obviamente que a sociedade mudou e continua em permanente mudança e as reformas educativas vão paulatinamente acompanhando essas transformações, incorporando, a conta gotas, as novas exigências da educação/formação dos indivíduos. Daí que a formação passou a realizar-

se em contextos díspares, com modalidades diversificadas para aquisição de competências desejadas pelo mercado de trabalho. Por isso, os sistemas de ensino (formais) têm vindo a abrir-se a outros tipos de formações, principalmente ao nível das práticas educativas.

Neste sentido, não é possível estabelecer, hoje em dia, uma fronteira nítida entre a educação formal (sistemática, normalizada, legalista, planificada em currículos estabelecidos, programada em objectivos concretos, mesmo com a inclusão dos currículos alternativos e flexíveis) e a educação não formal (assistemática, dependente das necessidades momentâneas ou circunstanciais de formação do sujeito) e, até, com a educação informal, resultante da influencia das novas tecnologias, destacando-se a aprendizagem digital ou em rede.

A própria evolução da escola permitiu que os espaços escolares incorporassem ou oferecessem, pouco a pouco, actividades e práticas educativas (por exemplo, actividades curriculares e não curriculares, escola cultural, área-escola, projecto educativo de escola, projecto curricular de turma), onde se misturam esses três tipos de educação, tão citados desde a década de 70 do século XX, fruto da divulgação efectuada por Ph. Coombs (1968) (*Crise Mundial da Educação*) e das sucessivas reuniões internacionais da UNESCO.

Os novos públicos, incluindo os adultos idosos, já que hoje falamos de universidade da 3.<sup>a</sup> Idade, são os clientes privilegiados destas novas modalidades educativas não formais, constituindo-se em assíduos frequentadores dos espaços comunitários escolares, contextos de promoção de actividades educativas, de tal modo que se convertem em sujeitos potenciais de uma formação regularizada na 'cidade educativa'. Paralelamente a este surgimento de programas e actividades não formais, as novas tecnologias da informação e as técnicas de comunicação associam-se às novas aprendizagens, invadindo o próprio âmbito escolar.

É claro que, cada vez mais, os indivíduos aprendem num largo percurso (aprendizagem ao longo da vida), desde o ensino formal à aprendizagem pela experiência, em situação de prática e de estágios profissionais nas empresas, em sistemas modulares de formação contínua,

de actualização e ampliação de competências específicas, de mobilidade formativa, ensino 'on line', 'e-learning', etc., numa intencionalidade de diversidades de processos educativos, diferentes dos que estávamos acostumados a ter na educação formal. É neste marco da educação/formação ao longo da vida, ou, como se afirmava no século passado, de forma permanente, num 'aprender a aprender' (Relatório de E. Faure de 1972), que surgiram as diversas modalidades de ensino e aprendizagens, em conjuntos de ecossistemas de saberes e de conhecimentos que provocam a aquisição de (novas) competências.

O nosso estudo pretende oferecer um marco reflexivo, no âmbito pedagógico, sobre a educação não formal, sobre as aprendizagens não reguladas e sobre a educação plural e aberta à não formalidade de um currículo, mas sim de currículos flexíveis e diversificados sobre novas práticas educativas. É óbvio que, por serem classificadas como práticas não escolares, nem por isso devem ser tidas como de categoria inferior na formação do indivíduo. É um facto evidente na sociedade do conhecimento que a escola deixou de ser o espaço hegemónico da educação/formação, pois, as aprendizagens dos sujeitos são cada vez mais adquiridas em espaços partilhados e em modalidades diferentes. Por isso, a educação não formal, que esteve tão 'marginalizada' da inclusão escolar, reúne práticas tão atractivas e motivadoras para os alunos que não podem ser consideradas de segunda categoria na escola ou no currículo formativo.

O nosso propósito não é questionar o papel da escola como instituição de ensino formal, nem a função do currículo básico formativo, nem os recursos ou meios educativos na aprendizagem, nem tão pouco o papel do professor como profissional da educação, ou qual deve ser o seu contributo para a eficácia do processo educativo dos alunos e, simultaneamente, para a qualidade do ensino/educação. Trataremos de (re) pensar a educação, o ensino, a aprendizagem, desde uma perspectiva teórica da educação não formal e da pedagogia sistémica que ultrapassa as funções tradicionais atribuídas à escola, ao professor e aos meios e recursos utilizados.

Analisaremos este cenário da educação, da formação e da aprendizagem não regulada na sociedade cognitiva, do conhecimento ou da informação, em que o ensino transcende os limites tradicionais da

escola, invadindo outros espaços e contextos educativos, além da escola, como por exemplo, a praça, a cidade, os museus, as fábricas, comunidades de aprendizagem, a cidade educativa, etc., ou, simplesmente, a arquitectura e os monumentos da nossa comunidade, que promovem modalidades de agentes educativos interessantes à formação e à aquisição de competências ou capacidades.

### 1.- GÉNESE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Hoje em dia, falamos incessantemente em educação não formal. Já desde finais de 60 do século passado, quando algumas análises macro-educativas detectavam o que se denominou 'crise mundial da educação', principalmente os escritos de Ph. Coombs (1968), que se começou a adjectivar os termos 'informal' e/ou 'não-formal' na educação.

De facto, Ph. Coombs e Ahmed (1974), ao criticar a existência de pobreza ao nível rural e suburbano e a falta de acesso de muitas crianças e jovens à educação, pretendia propor uma educação para todos e de forma permanente, à boa maneira de J. A. Coménio. A sua intenção era a de abranger educativamente todas as populações subdesenvolvidas e com necessidades educativas especiais. Foi, assim, que surgiu o conceito de educação não formal como alternativa ao de educação formal ou escolar. Também La Belle (1980) irá adoptar aquela expressão educativa de aprendizagens não formalizadas como forma de dar resposta às necessidades extra - curriculares e às exigências educativas dos alunos no sistema educativo.

Historicamente, a expressão 'não formal' refere-se a uma realidade educativa que sempre existiu, mas que se veio a popularizar pedagogicamente, aquando da necessidade de desenvolver meios educativos diferentes dos convencionais/oficiais. Por isso, o amplo espectro de processos educativos começou a integrar as designações de 'informal' e 'não formal' (contexto da escola paralela), distintas das existentes no sistema de ensino regulamentado por normas legais (normativos jurídicos).

Importa referir a coincidência temporal entre a inclusão do conceito

de educação não formal e o aparecimento de uma literatura pedagógica que começou a questionar os diversos tipos de escola, por exemplo, o da 'escola dita tradicional', autoritária, elitista, etc. Assim, na década de 70 do século passado, as várias análises e reflexões críticas à escola provocaram algumas reacções pedagógicas. Estão neste caso, entre outras, os partidários do movimento de desescolarização (I. Illich, Reimer, P. Goodman ou J. Holt), os autores integrados no paradigma da 'reprodução' (Althusser, Bourdieu e Passaron, Baudelot e Establet, Bowes e Gintis, Bernstein, etc.), os promotores da 'Pedagogia Institucional' (Lobrot, Lapassade, Loureu, etc.), os defensores da análise foucaultiana da microfísica do poder, etc.

A partir daquela época o conceito de educação não formal considerou-se um complemento da educação formal, deixando de se encarar a escola como o único lugar de ensino e aprendizagem.

Efectivamente, a génese do conceito de educação não formal partiu das preocupações sobre a educação e a escola, das relações da escola com a comunidade, numa necessidade de desenvolver parcerias e parceria. A educação não formal carece da capacidade de resolução de problemas de desenvolvimento social ou comunitário, pois, em si não é um enfoque alternativo a outras políticas educativas. Este carácter insuficiente da educação não formal foi bem evidente no âmbito do desenvolvimento, no acolhimento de emigrantes, na inovação e progresso tecnológico, na luta contra o analfabetismo (funcional, digital), contra a violência e o racismo, na correcção do desemprego e do insucesso escolar, etc. A solução destes problemas exigem diferentes modalidades educativas e aprendizagens na escola como fora dela. Dai a complementaridade entre a educação formal e a não formal, em que a educação não formal se vincula à preocupação compensatória dos alunos que realizam uma escolaridade deficiente.

Pois bem, frente à inclusão da educação não formal ou das aprendizagens não formais no projecto educativo e curricular de escola, passou-se a admitir como significado dessa modalidade educativa as experiências, as actividades e as acções educativas que a sociedade realiza, por exemplo, ao nível da 'ludoteca', da ludicidade, dos programas de

alfabetização (digital), dos cursos de tecnologia educativa, das visitas de estudos, etc. Todas estas experiências passaram a ser sectores educativos de suporte à educação geral e obrigatória, paralelos às actividades curriculares da escola ou turma. Tudo isto explica a razão porque a educação não formal se apresentou como um enfoque educativo próprio da sociedade actual e coincidindo com a progressiva preocupação pela formação de novas estratégias e competências no indivíduo.

Por conseguinte, todos os discursos críticos que referimos anteriormente minoraram a confiança na escola que, já desde o século XIX, se tinha convertido numa panaceia educativa e social. Passou-se de uma consciência pedagógica que fez da escola algo indiscutível para outro discurso mais moderado e ambivalente na função que devia ter. É bem verdade que a escola tem um lugar privilegiado no universo da educação/formação, não se podendo admitir nenhuma classe de monopólio educativo, mais a mais na era da sociedade do conhecimento ou do saber.

É evidente que a educação não formal começou a abrir uma brecha na linguagem e nos discursos pedagógicos, a partir do questionamento sobre a escola por parte de muitos educadores e ideólogos, com a intenção de legitimar algumas capas sociais e promover a abertura da escola à sociedade e às preocupações da comunidade. O isolamento da escola com a comunidade foi pouco a pouco superado através de actividades de envolvimento com o meio envolvente, com a comunidade, estabelecendo-se vínculos entre a área curricular e a extracurricular (projecto educativo e curricular).

Considerou-se normal que os pedagogos e políticos da educação, quando pensavam na educação, pensassem na escola, no sistema educativo e nos processos educativos, como se não houvesse outros tipos de aprendizagens ou de formação. A educação ou é escolar ou é 'não escolar'. Daí a designação de 'não formal', 'informal' ou 'não regulada' para esta última.

Em suma, actualmente parece haver mais educação e formação fora das instituições escolares que dentro delas, o que obriga o sistema educativo a moldar-se e a dar resposta a outros tipos de educação/

formação (por exemplo, 'on line', e-Learning). É compreensível que a educação escolar (formal), sem deixar de ser programada, planejada curricularmente e eficaz, constituía o formalismo/formalidade (legal, pedagógica) do sistema educativo, certificando e reconhecendo outros tipos de formação, competências e habilidades dos sujeitos, realizados em contextos diversificados fora da escola (certificação competências). Neste sentido o 'aprender ao longo da vida' surge como uma nova dimensão à compreensão e à prática do que deve ser a educação/formação na era da globalização, da sociedade do conhecimento, convergindo as modalidades de educação formal com a não formal.

## 2.- REITERAR UMA NOVA EXPLICITAÇÃO

A educação é uma realidade complexa, dispersa e heterogênea, com multiplicidade de processos, fenómenos, agentes ou instituições que se consideram educativas. Designamos aqui por agente ou agência educativa toda aquela entidade que gera educação ou intervenção educativa. Elas dividem-se em agências formais aplicadas especificamente a promover educação/ensino (escola) e agências não-formais destinadas a outras funções, mas que se evidenciam pelo tipo das suas intervenções educativas (grupos de seres humanos organizados, comunidade, 'mass-media').

Pedagogicamente se estabelece que a maior congruência entre as agências implica maiores efeitos educativos. Por isso, se exige à escola a participação da família, da comunidade ou dos meios de comunicação e informação, que sejam congruentes com os meios educativos que se oferecem às crianças e juventude. Daí que a educação formal seja a modalidade de educação que se realiza no sistema educativo (normatividade legal e pedagógica imposta pela administração, sistematização de saberes e currículo obrigatório), através da escola (ciclos de ensino), enquanto a educação não formal é apreciada por instituições não inseridas directamente no sistema educativo, podendo ser ou não sistemática e não estando submetida às exigências da administração escolar.

Neste sentido, a educação 'não-formal' incorporaria o conjunto de

processos, meios e instituições específicas e diferenciadas curricularmente em função dos objectivos explícitos de ensino ou formação que não estão organizados pelo sistema educativo formal. Trata-se, pois, de uma modalidade de educação intencional, metódica, com objectivos definidos, assistemática, mas não circunscrita à escolaridade convencional.

Há critérios que distingue, as modalidades de educação formal, não formal e informal seja no âmbito das metodologias, dos procedimentos educativos, do agente ou da instituição, do contexto que, em cada caso, gera o processo educativo do sujeito.

Precisemos os limites entre esta tríade de tipos de educação referidos:

Ø Em primeiro lugar a interacção 'formal', do 'não-formal' e do 'informal' constitui a globalidade do universo sistémico da educação/formação. Ou seja, qualquer processo educativo/formativo incluído no universo educativo do educando integra aquela tríade de modalidades de educação (educação na escola e fora dela).

Ø Em segundo lugar a educação formal e a não-formal têm um atributo comum que não compartilham com a 'informal', que é o da organização e da sistematização (curricular, plano de estudos), numa relação lógica evidente, por exemplo, no que respeita às actividades extracurriculares, às aprendizagens desenvolvidas no 'projecto educativo e curricular' de escola e de turma, que constituem o quotidiano das escolas.

Em relação à diferença determinante entre a educação formal e a 'não-formal' ela é de carácter jurídico e pedagógico, já que a primeira aufere titulações e certificações outorgadas pela legislação (sistema educativo), enquanto a segunda não está contemplada integralmente na legislação educativa e não tem um ordenamento jurídico completo. Se tivemos em conta outros critérios, podemos ou não criar confusões, pois, a educação formal e 'não-formal' aceitam múltiplos aspectos em comum, quer ao nível espacial, profissional e sistemático (racional), quer ao nível da flexibilidade, da planificação e da avaliação. Ambas as modalidades educativas têm finalidades profissionais, e sistemáticas e ordenadas com objectivos previstos.

De facto, a educação não formal abarca áreas de acção educativa que coincidem com o princípio de que a educação é uma tarefa permanente, que prossegue fora da escola e afecta a todos os educandos, em âmbitos como o da alfabetização (educação de adultos), formação profissional, educação para o lazer e tempos livres, educação para o consumo, educação para a saúde, educação cívica, educação moral, educação social e política, animação cultural, educação ambiental, educação para a saúde ou sanitária, etc. Em todos estes âmbitos se enfatizam o tipo de pessoas e as suas necessidades e os modos de intervenção.

Ø Em terceiro lugar os critérios que separam a 'educação informal' das outras duas, isto é, a formal e a 'não-formal', são a intencionalidade do agente educativo e o carácter sistemático do processo. Todos os processos intencionais e sistemáticos são inerentes à educação formal e à não-formal, incluindo nesta a família pela sua intencionalidade no momento de educar.

O surgimento da educação não formal ou das aprendizagens auto-reguladas pelo sujeito, fez reflectir os pedagogos sobre o facto da educação não dever ser considerada um processo limitado no tempo e no espaço específicos da escola e medidos ou avaliados pelos anos de frequência na escola. O sentido de uma educação ao longo da vida, das aprendizagens em contextos diversificados conduziu, como anteriormente referimos, à distinção dos diversos tipos de educação, com uma relação cada vez maior entre eles.

A constituição de uma rede de relações, de semelhanças e de contradições entre aqueles três tipos de educação, fez com que os critérios de análise diferenciadora se tornassem os seguintes:

\*-Duração: a educação informal estende-se ao longo da vida, distinguindo-se da educação formal que tem níveis e ciclos escolares definidos (normativas) e uma escolaridade obrigatória. A acção da educação não formal tem uma extensão limitada nas suas actividades organizadas e realizadas fora do sistema escolar oficial ou em colaboração com a escola.

\*-Universalidade: a educação informal afecta todas as pessoas, já

que, cada pessoa, dentro dos seus limites, mantém uma capacitação para adquirir e acumular aprendizagens ao longo da vida. Enquanto a educação formal é universal, oficial, inserida no sistema educativo e acreditada e certificada, a educação não formal vai orientada a pessoas concretas ou de um grupo específico, com características e interesses comuns, sendo a sua certificação referida às competências adquiridas ou à participação nessas actividades formativas num período determinado de tempo (ou módulos).

\*-Instituição: reconhecemos dois tipos de situações. Por um lado, a educação formal é institucionalizada e dá-se nas escolas (ensino escolar). Por outro lado, a educação não formal realiza-se dentro e fora de instituições ou organizações e, ultimamente, em colaboração com a escola (projecto educativo). Em relação à educação informal, ela é menos institucional, se considerarmos a educação familiar como educação não formal.

\*-Estruturação: as modalidades educativas formais e não formais possuem o nível de estruturação elevado. Esta característica da estruturação é bem evidente quando nos referimos aos atributos de organização e sistematização.

Estes quatro critérios referidos podem ser suficientes para distinguir aquelas três modalidades educativas. Contudo, podemos acrescentar um outro critério, que é o da intencionalidade. Só a educação informal não a possui, por ser uma forma educativa ocasional e incidental. Na verdade, é problemático adoptar este último critério se renunciarmos ao carácter da educação como acção e actividade humana, de educação sistémica, de teleologia intencional, educação como acção comunicativa ou de acção tecnológica.

Evidentemente que é o critério de diferenciação e de especificidade da função ou do processo educativo o que distingue cada um dos tipos ou modalidades de educação mencionados. De facto, estamos perante uma educação informal quando o processo educativo acontece de forma diferenciada e subordinada a outros processos sociais, mas em conexão com outras realidades culturais. No fundo, o que se reclama é que a

educação seja eficaz e eficiente e, por isso, toda a acção e processo educativo devem ser intencionais, de modo que se mistura em todas as modalidades educativas.

Retomando o fio da nossa análise aos conceitos de educação formal e 'não-formal', sabemos que têm processos educativos específicos e diferenciados e objectivos explícitos de aprendizagem e de formação. Se, em termos de critério metodológico, as metodologias não formais se afastam dos procedimentos que são convencionais na escola (educação formal), em termos de critério estrutural a distinção está na inclusão ou não dessa educação dentro do sistema educativo formal.

Por outro lado, a confusão terminológica entre a formalidade e a 'não formalidade' educativa, não se cinge às características de índole pedagógica, pois, se distinguimos, a partir das Ciências da Educação, entre 'pedagogia formal' e 'pedagogia não-formal', a confusão é maior. Neste sentido, pode haver processos educativos não formais que são muito mais rígidos ou sistematizados que as práticas escolares. Por exemplo, os cursos de formação nas empresas ou de reciclagem em sectores profissionais. Pelo contrário, a aplicação na escola, da pedagogia de projectos, pedagogia sistémica ou da prática do método de C. Freinet (dimensão cooperativa, de autogestão), proporcionam características de não formalidade pedagógica nos processos educativos formais.

Em suma, o conceito formal ou não-formal não depende de nenhuma variável pedagógica, pois é a normatividade legal ou jurídica a que claramente distingue ambos os tipos de educação. É óbvio que a 'educação informal' não atende a nenhum tipo de processo ou norma pedagógica, pois trata-se duma educação onde não intervém nenhum aspecto integrador as Ciências da Educação, já que o ambiente, quotidiano, as relações com as pessoas, o desenvolvimento das actividades são os originadores de aprendizagem úteis aos educandos. Assim, a educação 'informal' é o 'desconhecido pedagógico' que influi informalmente na formação das pessoas (Pain, 1990).

### 3.- UM ENFOQUE SISTÊMICO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Tendo em conta a análise e a evolução histórica referidas, podemos reafirmar que há um exercício diferenciador, discriminativo entre os três universos da educação, desenvolvendo campos ou sectores de aplicação prática. Há uma necessidade evidente de a escola se abrir a outros âmbitos sociais, cívicos e culturais, pois a educação/formação passou a ser uma exigência plural e permanente ou contínua do indivíduo. A complexidade social, a globalização e o desenvolvimento da inovação tecnológica, acarretam a necessidade de novos conhecimentos adquiridos em formas mais flexíveis e constantes de educação/formação (formal e não-formal). O fenómeno da não formalidade educativa apoia-se na continuidade e complementaridade entre a escola oficial e os processos educativos de outros âmbitos mais diversos da sociedade.

Por conseguinte, o sector educativo não formal é disperso e heterogéneo, mas abrangente na sociedade e com potencialidade futura para ocupar maior número de espaços de aprendizagem. De facto, a diversidade de métodos, procedimentos e instituições utilizadas na 'não formalidade' é bastante significativa. Há sistemas individualizados e colectivos, presenciais e à distância (on line), com implicação de instrumentalização tecnológica e artesanal, com actividades programadas e outras que só de forma genérica são programadas. Esta heterogeneidade impossibilita realizar uma relação de características que, para além dos objectivos estabelecidos, estejam presentes em todos os tipos de educação considerados não formais. Contudo, é possível elaborar um perfil com características comuns que coincidam com todos esses tipos de educação.

Iremos, em seguida, analisar os três pontos preponderantes da educação não formal. O primeiro ponto se refere aos elementos e critérios, o segundo às interferências e áreas pedagógicas do sector não formal e, por último, a necessidade de uma nova perspectiva de aprendizagem não regulada ou não formalizada / normalizada.

### 3.1- A APRENDIZAGEM NÃO FORMAL: ELEMENTOS E CRITÉRIOS

O panorama da educação não formal é amplo e heterogéneo, com funções educativas provenientes de aspectos de educação permanente, educação compensatória ou recorrente, ou outras actividades pedagógicas. Destaquemos alguns elementos fundamentais do processo educativo não formal:

\*- *Finalidades e objectivos.* A educação não formal aborda qualquer tipo de objectivo, segundo a taxionomia clássica, cognitiva, afectiva e psicomotora. No seu conjunto global encontramos meios orientados a desenvolver a assimilação do conhecimento, aquisição de competências, capacidades psicomotoras e habilidades de tipo intelectual e formação de atitudes. As finalidades, os objectivos e as funções são mais variados, específicos e sectoriais que na educação formal.

Deu-se a polarização dos meios 'não formais' em certos âmbitos educativos, por exemplo, a alfabetização digital, a formação nas empresas para a reciclagem e promoção profissional, a extensão cultural e recreativa ao nível comunitário, a educação e animação ao ar livre e de tempos livres, a educação ambiental e ecológica, a formação cívica, social, formação deontológica profissional, etc. A maior parte destes meios não formais integram a gama de funções relacionadas com a educação permanente ou contínua. Mediante a educação 'não-formal', com objectivos de carácter sectorial, tais meios satisfazem as necessidades educativas autónomas, individuais, imediatas e ocasionais dos educandos.

\*- *Educandos ('aprender a aprender').* A educação 'não-formal' está dirigida essencialmente a sectores da população educacional que não são atendidos integralmente pelo sistema educativo. São programas orientados a períodos da vida humana (infância, juventude e terceira idade), com uma vertente voluntária, já que vão ao encontro das necessidades pessoais ou profissionais. Os sujeitos podem avaliar pessoalmente os programas, no seu nível de satisfação e de expectativas.

\*- *Educadores/professores (mediadores, monitorização).* Na educação não formal o recrutamento de educadores ou monitores é

variável. Esses profissionais possuem uma formação pedagógica ampla ou específica nas áreas da sua intervenção.

*\*-Conteúdos e métodos.* Como meios, os programas não formais facilitam a selecção e adaptação dos conteúdos aos destinatários e aos espaços onde se realizam. Por isso, os conteúdos são diversificados e funcionais e têm em consideração as necessidades imediatas dos educandos. Por outro lado, não há uma metodologia específica para a educação não formal. Os conteúdos, os contextos, os educandos e outros elementos que constituem o processo educativo são determinantes para escolher, em cada caso, os métodos e técnicas mais adequadas e activas, destacando-se o trabalho em equipa (metodologia participativa, métodos individualizados) - dinâmica de grupos.

*\*-Espaços e tempo.* Alguns procedimentos não formais não requerem espaços fixos para a aprendizagem como, por exemplo, o ensino 'on line', as tecnologias audiovisuais e a informática. Há flexibilidade temporal na formação (calendarização e horários), pois os programas ou cursos de educação não formal são de curta duração e adaptam-se às disponibilidades dos educandos.

*\*- Gestão e avaliação.* Em princípio não há uma estrutura de controlo, já que a supervisão, a gestão e a avaliação depende da instituição ou entidades que a patrocinam ou promovem. A capacidade de decisão do pessoal pedagógico e o nível de participação dos educandos na gestão dos meios não formais é maior que no sistema educativo formal. Em relação à avaliação e creditação nesses programas não formais, valoriza-se a experiência prática dos sujeitos, os seus conhecimentos adquiridos e as suas competências. Os procedimentos utilizados para avaliar o rendimento individual e colectivo costumam cingir-se à aplicabilidade do adquirido em situações reais e ao trabalho realizado, de modo a valorizar a utilidade profissional.

Podemos, pois, deduzir que há uma grande diversidade do sector educativo não formal, o que torna difícil a elaboração de tipologias, classificações ou taxionomias dos meios educativos que o integram. Contudo, podemos sintetizar alguns critérios caracterizadores dessa

diversidade tipológica.

O primeiro critério refere-se aos diversos conteúdos ou às funções que integra a educação não formal, por exemplo: as funções relacionadas com a educação formal, como complemento ou reforço educativo (educação compensatória, recorrente, educação especial); funções relacionadas com o mercado de trabalho ou empresarial (formação ocupacional, programas de formação especializada, cursos de reconversão ou reciclagem, aperfeiçoamento profissional, formação sindical, orientação profissional, etc.); as funções relacionadas com o ócio, tempo livre e formação cultural e artística (cursos de expressões artísticas e plásticas, teatro, monitorização desportiva, cursos de verão, animação sociocomunitária, etc.); e funções relacionadas com outros aspectos da vida quotidiana e social (programas de educação sanitária e de prevenção, formação do consumidor, formação do voluntariado, ONGs, etc.).

O segundo critério diz respeito ao tipo de destinatários, segundo a idade e o género, já que as actividades estão orientadas a escalões etários determinados. O último critério diz respeito às instituições ou actividades muito específicas para determinados sectores populacionais, por exemplo, cidadãos com necessidades educativas especiais, drogodependentes, menores em risco, juventude delinvente, minorias étnicas, etc.

Naturalmente os critérios indicados cruzam-se, configurando uma tipologia de educação não-formal muito diversificada. Qualquer programa educativo, cada vez mais na actualidade, pode ter como predominante um dos três tipos de educação (formal, não-formal, informal), integrando, num plano secundário, procedimentos, meios e processos próprios dos restantes. Por isso, a escola no seu projecto educativo integra actividades extracurriculares, que são não formalizadas, de aprendizagem aberta em contextos diversificados.

### 3.2.- INTERFERÊNCIAS E ÁREAS PEDAGÓGICAS

A educação não formal nasce de necessidades marcadas pelas inovações sociais que se produzem no mercado de trabalho, tempos livres

ou de ócio, na necessidade de criar novas profissões para novas necessidades, na continuidade de reciclagens e actualizações de conhecimentos ou formas de desenvolvimento pessoal e social. Em qualquer destas circunstâncias se evidencia uma continuidade na formação, na aprendizagem, na culturalização e, em definitivo, na educação humana.

Consideramos a educação não formal como um complemento da educação formal que contribui para desenvolver as capacidades, competências, habilidades, valores e atitudes necessários à educação/formação dos educandos. De facto, esta modalidade educativa pressupõe promover a capacitação dos alunos frente às mudanças e inovações na sociedade do conhecimento e às exigências da actividade humana.

A educação formal e 'não-formal', apesar da sua diferença jurídica (normativa legal), pedagogicamente estão cada vez mais entrecruzadas, de tal modo que a idade dos educandos é um argumento diferenciador entre ambas, ao nível das aprendizagens (Trilla, 1993).

Analisemos algumas interferências pedagógicas nas aprendizagens não formais:

\*- A educação não formal estrutura-se de forma parecida à da educação formal, pois ambas são racionais e institucionalizadas, planificadas curricularmente, possuem objectivos, utilizam técnicas e materiais, são avaliadas, tal como as que são próprias da escola. Não se nega algumas diferenças ao nível das metodologias e da organização temporal. A educação não formal está pedagogicamente tão formalizada como a educação formal.

\*- A educação formal vai integrando matérias e conteúdos que há algum tempo eram característicos da educação não formal. Referimo-nos, por exemplo, às áreas transversais que inundaram o sistema educativo e de forma obrigatória: educação ambiental e ecológica, educação para a saúde, educação intercultural, educação para o consumo, etc.

\*- A educação formal, ao nível institucional, invadiu os âmbitos da educação não formal, como são os cursos de especialização, pós-graduação e acções de formação contínua nas instituições de ensino superior e, até, as universidades de experiência ou da terceira idade que eram campos

essencialmente não formalizados.

Nesta contextualização crítica e interpretativa, pretendemos insistir na necessidade de uma nova perspectiva para abordar as relações entre a educação formal e a 'não-formal'. Insistimos no aspecto de complementaridade que existe entre ambos os formatos educativos, que proporciona uma aproximação a um modelo sistémico de contributos de cada uma de aquelas educações. Para tal, teremos que analisar alguns aspectos básicos no processo educativo (sistema educativo) realizado nas escolas, tais como:

a.)- *Área do professorado e dos alunos/educandos (aprendizes e aprendentes)*. Tem havido um grande esforço na adaptação dos currículos formativos (currículo flexível e aberto) em alguns ciclos de ensino, a inclusão da formação por competências, sistema de créditos (Declaração de Bolonha para o ensino superior) e outras recomendações da União Europeia para a formação dos futuros profissionais, incluindo a formação inicial dos professores, na sua vertente profissionalizante. Este desenvolvimento no quadro internacional das novas profissões aproxima-se às tarefas e funções que se realizam ao nível da educação 'não-formal' ou informal. Consideramos, por exemplo, a educação para os tempos livres (animação sociocomunitária), cursos de alfabetização, educação ambiental e ecológica, o ensino à distância (e-Learning), etc.

Os professores ou monitores da educação não formal dominam estratégias e metodologias específicas, as quais apresentam mais flexibilidade, activismo, participação e inovação que as usadas na educação formal. Consideramos que se dão maiores graus de inovação nas actividades não formalizadas que nas formalizadas, já que a criatividade e a imaginação se manifestam mais espontaneamente.

Reconhecemos que na educação formal o currículo é mais completo e sistemático, há maior domínio axiológico, domínio de técnicas de avaliação e um nível elevado de formação científico-pedagógica dos professores. Na educação não-formal há mais oferta de aprendizagem, uma flexibilidade metodológica, um elevado grau de participação e actividade dos educandos, uma aprendizagem orientada à resolução de

problemas reais (exercitação prática), o que permite um desenvolvimento mais personalizado e uma convivência menos normalizada. De facto, o clima contínuo de relação influi de forma diferente nos níveis de convivência nesta educação.

b.)- *Área institucional e organizacional (nova cultura social e de escola)*. Há maior investimento financeiro na educação não-formal que no sistema educativo formal, já que a primeira é menos burocrática que a segunda e nem depende de estruturas organizativas oficiais. A flexibilidade no sistema educativo 'não-formal' é devido à sua independência das estruturas administrativas, com maiores patrocínios das instituições sociais e empresariais. Contudo, é mais consistente a educação formal pela cultura organizativa que desenvolve no seu seio.

Actualmente as parcerias e protocolos entre as instituições escolares e as instituições sociais, associações e entidades locais e empresariais permitirão a interconexão de actividades e projectos conjuntos.

c.)- *Área de mediação e espacial/físico*. É bem verdade que as instalações escolares têm melhores condições e equipamentos para as funções e acções educativas que as instituições que realizam actividades não formalizadas. Contudo, a diversidade de espaços exteriores é mais favorável ao desenvolvimento de programas e acções de educação não-formal. As aprendizagens 'in situ' são próprias dessas situações de 'aprender trabalhando ou praticando', como, por exemplo, a formação profissional e ocupacional.

Actualmente a escola já utiliza a própria realidade para a aprendizagem dos alunos, como é o caso da educação ambiental (visitas a parques naturais e conhecimento dos ecossistemas), a educação patrimonial (visitas aos museus), educação para a saúde, educação para o consumidor (supermercados), educação cívica e social, etc. O professor passa a ter a função de mediador das aprendizagens.

Em definitivo, a preocupação social que se começa a manifestar sobre a relação das crianças e jovens com os meios de comunicação, com as novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e vinculada ao tempo que dedicam a esses meios (Internet, audiovisuais, telefones, etc.) e aos

valores e representações que transmitem esses meios questiona-nos a formação que adquirem fora da escola. A escola paralela oferece um universo construído com uma linguagem específica em função de cada meio, com impactos formativos.

### 3.3.- A NOVA PERSPECTIVA SISTÉMICA DAS APRENDIZAGENS NÃO REGULADAS

No seguimento do que afirmamos anteriormente, não é possível interpretar o desenvolvimento que tem o sector não formal nas últimas décadas, sem a 'crise' ou as dificuldades económicas e a crise ou reformulações dos sistemas educativos (reformas). Em parte os estudos sociológicos, económicos e demográficos realizados (macro-educativo) analisam os factores determinantes à situação actual da educação/formação e a adaptação gradual que as instituições escolares fazem (nível curricular) às exigências educativas que requerem os novos contextos sociais e o mercado de trabalho ou empresarial.

A escola foi-se adaptando a esses requisitos da globalização e da sociedade do conhecimento ou sociedade da informação e da comunicação, proporcionando novos meios e funções, não só formais, como não formais, que se assumem como complemento à escolarização convencional. O incremento da exigência social da educação, o desenvolvimento tecnológico, as transformações no mercado de trabalho, a exigências de novas competências profissionais, as mudanças nas estruturas familiares, a diversificação e ampliação das ofertas, a demanda cultural, o insucesso escolar, o fracasso do modelo de escola nas suas funções específicas, o próprio desenvolvimento da pedagogia e das ciências da educação, etc., são factores díspares que implicaram preponderância nas aprendizagens não formalizadas (educação não-formal).

Os aspectos financeiros nas épocas de crises económicas são determinantes no momento em que se estabelecem as políticas educativas e, por isso, a avaliação dos custos educativos na formação e da eficácia da educação/ensino condicionam medidas mais abrangentes de reactualização dos sistemas educativos. Contudo, as novas exigências

educativas e formativas vão promovendo certos reajustes nos sistemas educativos e algumas soluções pedagógicas, apesar de se materializarem em maior número nas instituições de educação não-formal, com programas/cursos, actividades, recursos, instrumentos e meios, mais atractivos e práticos para os educandos.

Por outro lado, as mudanças generalizadas (família, sociedade, trabalho), o avanço das novas tecnologias, os efeitos educativos e informais dos meios de comunicação social, a inércia dos sistemas educativos formais à capacitação profissional e às novas competências exigidas aos indivíduos, o alargamento da escolaridade obrigatória (atrasa a inserção no mercado de trabalho), a predominância dos saberes práticos e aplicativos na actualidade, etc. fomentaram o surgimento de recursos e meios alternativos e complementares à escolarização ou educação formal. Paralelamente a esses factores, não tem sido a crise endógena da realidade da escola (insucesso escolar, abandono e absentismo escolar) e a crise de consideração do discurso pedagógico que contribuíram à expansão da educação não formal ou aprendizagens não formalizadas.

Reconhecemos que aquele tipo de educação tem satisfeito muitas das exigências educativas da sociedade, mas não deixa de ser um sector educativo que ocupa um espaço marginal na realidade educativa. Provavelmente a educação não-formal não é nenhuma panaceia, nem o remédio maravilhoso para a multiplicidade de problemas da realidade educativa actual e futura.

Na verdade, ressaltando os aspectos que conceptualmente distinguem a educação formal da não-formal, esta poderá incorrer nos mesmos males que a formal. Um dos motivos de crítica passa por considerar-se que é o poder económico que mais promove o desenvolvimento do sector não-formal. A escolarização é uma medida cara e, em relação a ela, certos meios não formais, podem constituir uma alternativa educativa/formativa de igual eficácia, mas sempre como complemento e não como alternativa.

As desigualdades na educação e na cultura não são só devidas a razões pedagógicas, ao sistema educativo e à escola. O desenvolvimento tecnológico, a complexidade da produção, a competitividade e as

competências nos serviços vão exigindo cada vez mais destrezas, habilidades e conhecimentos que requerem actualizações constantes, não estando o sistema formal ainda completamente preparado. Por isso, a prática da educação não-formal pode originar transformações das condições sociais e profissionais dos cidadãos, ao satisfazer essas exigências formativas da sociedade.

De tudo o que dissemos, parecem evidente as seguintes ideias:

a)- A escola, sendo uma instituição histórica foi e é funcional em determinadas sociedades, mas o que é essencial é a 'educação/formação'. A escola é só uma das formas (instituições), entre outras, onde se ministra a educação/formação, mas nunca de maneira exclusiva.

b)- Nas sociedades escolarizadas, a escola converte-se num momento do processo educativo global dos educandos e das colectividades, coexistindo com outro tipo de educação, espaços e instituições educativas. Para compreender este processo teremos que compreender a interacção dinâmica entre todos os factores educativos que actuam sobre os educandos.

c)- O processo educativo global do educando e os efeitos produzidos pela escola, não podem ser entendidos isoladamente de outros factores e intervenções educativas não escolares ou não curriculares, pois interferem na acção educativa. Daí que muitos processos educativos fora da escola tem grande impacto educativo/formativo e contribuem para melhorar a acção. Exageramos muito o valor da instrução escolar em detrimento do que se ganha no dia a dia em outros espaços de aprendizagem

d)- O marco institucional e metodológico da escola não é por vezes mais idóneo para satisfazer as necessidades e exigências educativas dos educandos. A estrutura organizacional da escola não é tão apta como parece para qualquer tipo de objectivo educativo, até mais, é inadequada para certos educandos.

e)- Há a necessidade de criar paralelamente à escola outros meios, espaços e situações educativas de aprendizagem que não são opostos à função da escola, pelo contrário complementam a sua função. São estes recursos e meios educativos que, pouco a pouco, se foram denominando

de 'não formais'.

### IDEIAS (IN) CONCLUSIVAS E PROSPECTIVAS

Um dos fenómenos característicos do nosso tempo é a reintegração de todos os âmbitos do 'educativo' (formal, não formal e informal), num só, sem nenhum adjectivo. Nas relações entre esses três âmbitos destacamos a relação entre a educação formal e educação não formal na formação do sujeito, por ser a mais clássica e mais representativa na prática. Os modelos de investimento em capital humano, para além dos níveis de escolaridade obrigatória, incluem as variáveis da educação informal e não formal.

Desde a 'desinstitucionalização' da educação houve várias formas e projectos diversos de 'educação paralela', 'educação fora da escola' ou 'a escola sem muros'. Aquele movimento de 'desescolarização' provoca paralelamente a 'desregulação educativa' (Gómez, 2002). As mudanças paulatinas na educação trouxeram novas experiências de aprendizagem não regulada, aberta (no espaço e no tempo) aos interesses dos educandos.

É evidente que cada um dos conceitos de 'educação formal', 'educação não-formal' e 'educação informal' apresentam uma continuidade no seio da educação do educando. Conceptualmente as arquitecturas estruturais das duas primeiras têm uma continuidade, mas ao nível da prática educativa têm algumas diferenças que não são contraditórias, pois, incluem explicações complementares na análise das suas semelhanças e das diferenças.

Efectivamente, as pedagogias da 'educação formal' e 'educação não formal' oferecem-nos uma continuidade e prolongamento de terminologia, de conceitos e de estruturas ao nível da teoria curricular. Contudo, ao nível das práticas de ambas os tipos de educação há complementaridade, mantendo um sistema de relações (actividades extracurricular, extra-escolar). Apostamos para um formato de educação que, na prática, reúna ambos os sistemas (educação formal e não-formal), unificando uma estrutura única flexível de continuidade nas práticas educativas dos educandos.

Podemos até admitir que não há educação 'não-formal' e/ou 'informal', pois, a educação escolar (educação formal do sistema educativo), com a sua abertura e flexibilidade às exigências educativas e aos desafios da sociedade do conhecimento e da informação, tem, hoje em dia, a pretensão de ser uma educação ao longo da vida. As apropriações e as aprendizagens do educando fora da escola ou sistema educativo, na aquisição diversificada de competências, são importantes na sua formação. De facto, todas essas aprendizagens nos diversos espaços e agências educativas são educação e formação que contribuem para o desenvolvimento (pessoal, social e profissional) do indivíduo e dos grupos para conviverem no âmbito da sociedade.

Provavelmente, se a educação escolar não fosse tão formalizada como tem sido e se a educação social ou a educação contínua não fossem tão 'informais' (falta de regularização), haveria mais eficiência para os educandos.

A denominação da educação de 'não-formal', por ter estado à margem do sistema educativo, foi acarretando ao longo dos anos alguma carga negativa. Todos sabemos que na escolástica o que não tinha 'forma' era 'não formal', pois a matéria sem a forma não tinha entidade e, por isso, era uma simples potência ou possibilidade. Na filosofia actual o 'não-formal' pode ser uma mera aparência, carecendo da propriedade objectiva. O facto de falarmos de educação 'não-formal' ou 'informal' é semanticamente contraditório. Se algo é a educação é ser formal, se é 'não-formal' ou 'informal', não é educação. Esta argumentação pode ser clarificada se utilizamos o termo 'formação' que se usa com certa frequência como sinónimo de 'educação' (antinomia pedagógica). Neste sentido não seria possível admitir falar de 'formação formal', de 'formação não formal' ou 'formação informal'. Isto implicaria uma cacofonia semântica e conceptual. A palavra formação, tal como a palavra 'formal' e 'informal', vem da palavra 'forma', no contexto aristotélico e escolástico.

Creemos que se poderia utilizar a designação mais adaptada à realidade actual, que seria de 'educação social', já que esta inclui outros tipos de educação, por exemplo: educação ocupacional, educação laboral ou nas empresas, educação ambiental, educação para a saúde, educação

para o ócio e tempo livre, animação sociocomunitária, educação reeducativa, etc. Esta questão tem nas últimas décadas invadido o campo curricular, disciplinar, epistemológico e administrativo, originando disciplinas no currículo formativo do sistema educativo, projectos de investigação e publicações pedagógicas.

É bem verdade que, paulatinamente, a escola estende as suas influências e vínculos estruturais a áreas educativas que estavam fora dela. A educação ao longo da vida (aprender a aprender) foi tendo mais consistência desde a designação de 'educação permanente' que se entendeu como uma forma de adaptação ao mercado de trabalho e como condição de desenvolvimento harmonioso e contínuo da pessoa.

A divulgação actual de 'aprendizagem ao longo da vida' dá mais atenção à aprendizagem de conhecimentos e de competências, dando ênfase ao formativo em detrimento do educativo. Esta nova conceptualização da educação revaloriza os aspectos sociais, éticos e culturais, o conhecimento na formação do cidadão desta sociedade pós-moderna. Tudo isto inclui uma educação básica e fundamental de qualidade adquirida nas instituições escolares e que se pretende flexível, diversificada e acessível no tempo e no espaço, num aprender a ser, a conhecer, a sentir e a valorizar (educação de e pela vida).

A educação sem limites temporais nem espaciais converte-se numa dimensão da própria vida. Esta concepção integra não só a educação formal (escolar), como a 'não-formal' (extra-escolar) e a 'informal. Mas é no conceito de 'educação ao longo da vida', reforçada pelos objectivos da educação básica, com uma nova reformulação no ensino secundário e superior, poderá haver uma tendência de diversificação e de flexibilização das aprendizagens e dos currículos, de modo a acomodar-se a uma concepção de educação e formação mais abrangente nos espaços e no tempo de aprender. A educação ao longo da vida enriquece os conhecimentos e capacidades dos futuros cidadãos.

Enfim, nesta sociedade do conhecimento, digital ou de rede (Castells, 2001), em que se modificam comportamentos e mentalidades, se exigem novas competências derivadas de novos discursos e linguagens e se geram

espaços educativos diferentes dos habituais, que a educação cada vez mais se desenvolve por vertentes não escolares. Por isso, a diferenciação entre educação formal e não formal é difícil de fundamentar, devido às similitudes entre elas, pois, entre elas se dá uma continuidade nessa arquitectura pedagógica da escola e uma complementaridade enquanto ao seu desenvolvimento prático.

Uma das principais mutações do sistema educativo é o deslocamento e a sua intemporalidade, ou seja, o estar para além do tempo e do espaço escolar. Esta revisão da forma de entender o sistema educativo e a escola no contexto da globalização fez surgir a aprendizagem ao longo da vida, com os seus diversos tipos de aprendizagem em contextos diversificados, de modo a formar o sujeito para as exigências da sociedade actual.

#### BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- CASTELLS, M. (2001). *LA ERA DE LA INFORMACIÓN*, VOL. 1. MADRID: ALIANZA EDITORIAL
- COOMBS, PH. (1968). *THE WORLD EDUCATIONAL CRISIS*. N. YORK: OXFORD UNIVERSITY PRESS
- COOMBS, PH. & AHMED, M. (1974). *ATTACKING RURAL POVERTY: HOW NON-FORMAL EDUCATION CAN HELP*. BALTIMORE: J. HOPKINS UNIVERSITY PRESS
- BHOLA, H. S. (1983). 'LA EDUCACIÓN NO FORMAL EN PERSPECTIVA'. *PERSPECTIVES* (UNESCO), VOL. XIII, N.º 1, PP. 45-54
- ELIARD, M. (2002). *EL FIN DE LA ESCUELA*. MADRID : GRUPO UNISIÓN EDICIONES
- GARCÍA GARRIDO, J.L. (1991). 'DIEZ TESIS SOBRE LA EDUCACIÓN ABIERTA (TAMBIÉN LLAMADA NO FORMAL)'. IN AA.VV., *LA EDUCACIÓN NO FORMAL, UNA PRIORIDAD DE FUTURO (DOCUMENTOS DE UN DEBATE)*. MADRID: FUNDACIÓN SANTILLANA
- GÓMEZ, G. VASQUEZ (2002). 'EL SISTEMA EDUCATIVO ANTE LA EDUCACIÓN DE CALIDAD PARA TODOS A LO LARGO Y ANCHO DE LA VIDA'. *REVISTA DE EDUCACIÓN* (NUMERO EXTRAORDINARIO – EDUCACIÓN Y FUTURO), PP. 39-57
- HARGREAVES, ANDY (COORD.) (2003). *REPLANTEAR EL CAMBIO EDUCATIVO*. B. AIRES: AMORRRRORTU EDITORES
- HUSÉN, T. (1978). *SOCIEDAD EDUCATIVA*. MADRID: ANAYA
- HUSÉN, T. (1988). *NUEVO ANÁLISIS DE LA SOCIEDAD DEL APRENDIZAJE*. BARCELONA: PAIDÓS
- JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R.T. Y HOLUBEC, E. J. (1999). *EL APRENDIZAJE COOPERATIVO EN EL AULA*. B. AIRES : PAIDÓS

- LA BELLE, T. J. (1980). *EDUCACIÓN NO FORMAL Y CAMBIO SOCIAL EN AMÉRICA LATINA*. MÉXICO: NUEVA IMAGEN
- LA BELLE, T. J. (1981). 'AN INTRODUCTION TO THE NONFORMAL EDUCATION OF CHILDREN AND YOUTH'. *COMPARATIVE EDUCATION REVIEW*, 25 (3), PP. 313-329
- PAIN, A. (1990). *EDUCATION INFORMELLE. LES EFFECTS FORMATEURS DANS LE QUOTIDIEN*. PARIS: L'HARMATTAN
- PASTOR, I. (2001). 'ORÍGENES Y EVOLUCIÓN DEL CONCEPTO DE EDUCACIÓN NO FORMAL'. *REVISTA ESPAÑOLA DE PEDAGOGÍA*, N.º 220, PP. 525-544
- QUINTANA CABANAS, J. M.<sup>a</sup> (1991). 'LA EDUCACIÓN MÁS ALLÁ DE LA ESCUELA'. AA.VV., *INICIATIVAS SOCIALES EN EDUCACIÓN INFORMAL* (PP. 15-61). MADRID: RIALP
- SARRAMONA, J. (1992). *LA EDUCACIÓN NO FORMAL*. BARCELONA: CEAC
- SARRAMONA, J.; VÁZQUEZ, G.; COLOM, A. J. (1998). *EDUCACIÓN NO FORMAL*. BARCELONA: ARIEL
- SCHWARTZ, B. (1967). 'FORMAL AND INFORMAL EDUCATION'. *INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE WORLD CRISIS IN EDUCATION* - WILLIAMSBURG (VIRGINIA), 5.º - 9.º OCTOBER (PAPER)
- STAINBACK, SUSAN & STAINBACK, W. (2001). *AULAS INCLUSIVAS*. MADRID: NARCEA
- TORRES, JURJO (2006). *LA DESMOTIVACIÓN DEL PROFESORADO*. MADRID: MORATA
- TRILLA, J. (1993). *OTRAS EDUCACIONES*. BARCELONA: ANTHROPOS